

2) A corrente urbanista sanitária via como parte principal a saúde pública, assim melhorando as condições de saneamento em áreas insalubres através da canalização do esgoto e de água para as residências, criação de córregos e vielas para escoamento da água pluvial e estruturas para facilitar a coleta de lixo. A principal cidade que utilizou essas propostas foi Santos, que teve uma diminuição no número de anfitriões e melhora na qualidade e expectativa de vida.

A corrente estética - viária visa uma melhor estética das cidades com estruturas monumentalistas. A composição principal são avenidas largas que terminam em parques com pedreiras monumentais ao longo das avenidas. Uma das principais cidades em que foi aplicada no Brasil foi Belo Horizonte e como resultado teve a valorização dos entornos das avenidas, aumento da circulação de pessoas e apelo estético ao local.

A corrente urbanista racionalista visa melhorar as condições da cidade utilizando um zoneamento funcional assim a cidade é dividida em zonas de trabalho, residência, lazer e circulação, assim podendo aplicar obras de infraestrutura mais específicas para cada zona. A principal cidade que utilizou esse plano é Brasília, que possui um dos IDH mais altos do Brasil.

Por fim a corrente utópica procura dar a melhor qualidade de vida para os habitantes utilizando o conceito de jardins utíeis, com casas como principais residências, com áreas de lazer próximas, estruturas mais afastadas e priorizando a arborização das áreas. Esse conceito foi introduzido em alguns bairros de São Paulo com Cidade Jardim e Jardim Europeu e como resultado gerou as áreas mais valorizadas economicamente da cidade.

no qual o proprietário possui um aumento progressivo do IPTU (a fim de forçá-lo a utilizar sua propriedade - caráter coletivo) até um teto de IPTU + 15% (durante um período máximo de 5 anos). Caso, por fim, o terreno continue ocioso, a prefeitura pode desapropriar com pagamento em títulos de dívida, ou seja, a prefeitura compra o terreno do proprietário, e o paga em títulos de dívida (no qual, a prefeitura não consegue comprar com caixa). Assim, o terreno não depara a compra e ter uma utilização.

no qual o proprietário possui um aumento progressivo do IPTU (a fim de forçá-lo a utilizar sua propriedade - caráter coletivo) até um teto de IPTU + 15% (durante um período máximo de 5 anos). Caso, por fim, o terreno continue ocioso, a prefeitura pode desapropriar com pagamento em títulos de dívida, ou seja, a prefeitura compra o terreno do proprietário, e o paga em títulos de dívida (no qual, a prefeitura não consegue comprar com caixa). Assim, o terreno não depara a compra e ter uma utilização.

3) a) O PPA consiste em um plano de validade de 4 anos apresentado no 1º semestre de cada mandato, no qual são definidas metas para o novo governo. É este plano que rege os investimentos a serem feitos e o planejamento urbano do município ao longo dos 4 anos.

b) A LDO tem como objetivo estabelecer as parâmetros de se atingir os objetivos do PPA, enquanto a LOA define quantitativa a serem alcançadas. Ambos são elaborados anualmente, a LDO, antes do término do 1º semestre, a LOA logo ao final do 1º semestre. A LOA consiste em um detalhamento do PPA ao longo de sua aplicação.



c) PPA - prefeitos; a cada 4 anos; início do 1º semestre de governo

• LDO - vereadores; anualmente; antes da 1ª sessão do 1º semestre de cada ano

• LOA - vereadores; anualmente; logo na final do 1º semestre de cada ano.

4) a) A modificação de incentivos relativos das unidades habitacionais para promover ou desincentivar o adensamento populacional nas ZEU's. Em caso de adensamento, há a aproximação da população de menor renda aos serviços disponíveis nas ZEU's, tornando-os mais viáveis. Além disso, a compatibilização em potencial da malha urbana com a respectiva sustentável desses zones, ao gerar a proximidade com serviços de transporte público, por exemplo.

b) A ampliação de vagas nos ZEU's incentiva o uso do transporte individual (carros e motos, sobretudo) e, consequentemente, retira o foco ao transporte público. Assim, localmente, há aumento de congestionamentos, acidentes, ruídos, poluição atmosférica e queda na sustentabilidade. Globalmente, há aumento na emissão de gases de Efeito Estufa, e intensificação da dependência de ilhas de calor.

c) A revisão atual do Plano Diretor de São Paulo tem sido vista como uma potencial falha, haja vista o atraso no caso populacional decorrente da pandemia de 2020. Há ainda uma forte presença da visão mercadológica na discussão, o que leva a uma percepção de imparcialidade por parte de alguns analistas. Em suma, com a ausência de dados populacionais de censo e uma presença da lógica de mercado, a revisão é vista com mais olhos por muitos e seus resultados são esperados como "curiosos".

S |  $A = 12000 \text{ m}^2$   
60 m de frente  
200 m de profundidade

Pecado: 7 m fronteira  
5 m laterais e fundo

ZEU

CA: mín = 0,5

l<sub>máx</sub> = 1

m<sub>máx</sub> = 4

TO = 85%

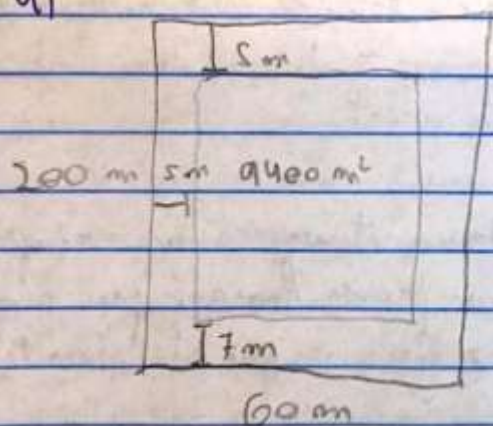
a)  $A_{\text{máx}} = 12000 \cdot 4 = 48000 \text{ m}^2$

b)  $A_{\text{mín}} = 12000 \cdot 0,5 = 6000 \text{ m}^2$

c)  $A_{\text{outorga anterior}} = A_{\text{proj}} - A_{\text{vár}} = 36000 - 12000 = 24000 \text{ m}^2$

\* Não há decisões prévias de áreas de fronteira públicas pois a área é superior a  $10000 \text{ m}^2$

d)



$A_{\text{oc}} = 12000 \cdot \text{Tomar} = 12000 \cdot 0,78 = 9360$

Como deve-se respeitar tanto a taxa de ocupação máxima, como as ruínas, chega-se a um valor de  $9400 \text{ m}^2$  para a área máxima de ocupação do lote.